

Mutirão nacional pela limpeza política

A violação do painel eletrônico do Senado não pode ser considerada um acidente imprevisível. Ao contrário, era perfeitamente previsível, se levarmos em consideração a metástase que assola o sistema político em todos os níveis – nos municípios, nos Estados e na representação federal.



Se não cortar na própria carne, o Senado será fatiado nas próximas eleições

o topo da pirâmide, ou seja, os políticos da primeira classe. Os coronéis municipais e estaduais não fazem tanto eco quanto os clarins dos chefes federais. Em consequência, os crimes federais acabam prevalecendo sobre os crimes paroquiais.

Antes de qualquer avaliação precipitada, vamos logo afir-

mando que não é intenção subavaliar a violação do painel do Senado. Trata-se, inegavelmente, de um dos mais graves eventos da história do Parlamento. Mas não pode ser considerado um episódio isolado da cultura política. Trata-se de mais um atestado da devastação que corrói a República. O comportamento aéctico, ilegítimo e ilegal de autoridades públicas, que violam as normas a fim de satisfazer interesses particulares, é uma prática generalizada. Faz-se presente em todos os níveis da administração. Portanto, o combate à corrupção não se pode restringir à cabeça, mas tem ir ao tronco e aos membros de todo o corpo político.

Se o episódio de Brasília, pelo perfil e pela força dos atores envolvidos, provoca tanta estupefação, que se aproveite a deixa para passar o Brasil a limpo. Como? Mobilizando as entidades da sociedade civil, criando uma articulação entre elas, nos vários Estados, abrindo a locução de denúncias, ampliando os raios de observa-

ção, multiplicando os pólos de irradiação de idéias e de consciência crítica, semeando a planta da indignação. O poder da opinião pública e a pressão sobre o sistema político serão fundamentais para a consolidação de uma cultura ética, que já se vem enraizando na sociedade, desde o impeachment de Collor. Nunca foi tão acentuada a defesa da cidadania. Uma formidável esfera privada, com sólidas ramificações no universo das entidades intermediárias, funciona como paredão de pressão sobre a esfera pública.

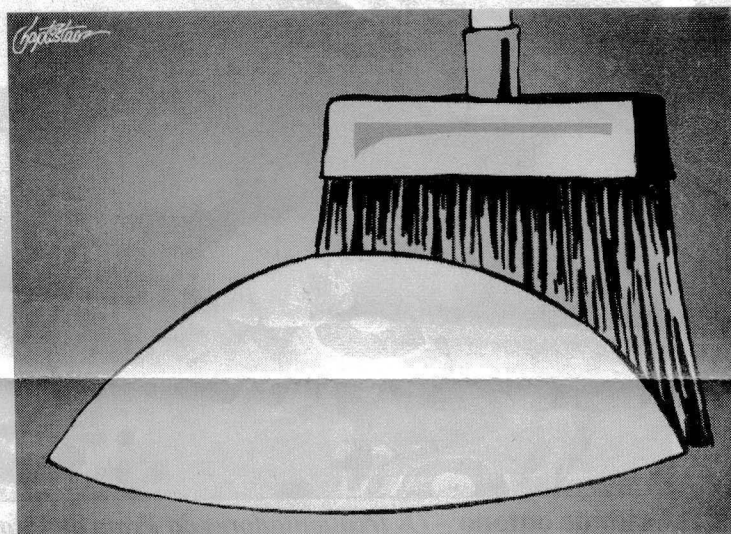
Por isso mesmo, a chuva ácida que cai sobre o Senado furará qualquer guarda-chuva de proteção que os senadores eventualmente abram para abrigar companheiros. A crise permeia as fronteiras da sociedade. Já se sente a palpitação da alma cidadã. Um mutirão cívico floresce, incorporando ansios e expectativas. Clama-se pelo enterro da "velha política". Prega-se uma profunda reforma de costumes e práticas. Não uma reforma cosmética, de mudanças mínimas, que teriam o efeito de conservar velhas práticas com embalagens fosforescentes. Coisas como fidelidade partidária, proibição de siglas de aluguel, densidade doutrinária, legislação eleitoral permanente, coligações proporcionais, sistema de representação são aspectos que precisam ser discutidos. Os partidos, sem exceção, são todos muito assemelhados. Se até o senador José Eduardo Dutra, do PT, ouviu insinuações sobre o voto da senadora Heloísa Helena, por que não veio a público denun-

ciar a versão que corria?

O evento senatorial abrirá um novo tempo para o Congresso. Ele jamais será o mesmo. Mesmo que cumpra o dever intransferível de colocar a sociedade no cume da verdade, de onde todos poderão enxergar os erros, os desvarios, os nevoeiros, as maldades, enfim, as coisas escabrosas feitas nos porões. Se não cortar na própria carne, o Senado terá fatalmente seu corpo fatiado, nas próximas eleições, pela lâmina afiada de um eleitor cada vez mais enojado, saturado de denúncias e pressuroso por mudanças. De pouco adiantarão as versões relativas. Verdade, aliás, é um conceito pleno, semelhante ao valor da honestidade. Como já disse o saudoso Ulisses Guimarães, "Uma pessoa 99% honesta é 100% desonesta, pois, como gravidez, não existe honestidade relativa". Ou se é honesto ou não. Os senadores são culpados ou não. Arrependimento não redime culpa. Fosse assim, Fernandinho Beira-Mar, que pagava US\$ 10 milhões por mês às forças revolucionárias da Colômbia para exportar 500 toneladas de cocaína por mês, poderia também usar a tática do arrependimento para ser inocentado. Livre, poderia recomençar seu megaprojeto de infiltração nas escolas para financiar e criar uma geração de advogados, promotores e juizes comprometidos com a cultura da droga.

Se não chegar à verdade ou se encontrar uma forma de preservar os atores envolvidos, sejam parlamentares ou partidos, o Senado estará produzindo um ato tão maléfico quanto o ilícito cometido. Em seu *Espírito das Leis*, Montesquieu alertava: "Quando uma República está corrompida, não se pode remediar nenhum dos males que nascem, a não ser eliminando a corrupção e voltando aos princípios; qualquer outra correção ou é inútil, ou é um novo mal."

Um pouco de coragem e muito de vontade política libertarão o País dos vícios do passado.



■ Gaudêncio Torquato, jornalista, é professor-titular da USP e consultor político
E-mail: gautortq@dialdata.com.br

Fosse um zé-ninguém, um vereador de Riacho de Santana, a violar a urna dos votos para cassação do vereador Chico das Onças, os alicerces políticos continuariam sólidos. Ocorre que o edifício político tem as bases fincadas nos tijolos das representações municipais e estaduais, para alcançar, em cima, o topo da representação federal. Esta é a diferença. Os 5.650 municípios brasileiros, mais os 27 Estados, são responsáveis por um monumental PNBC – Produto Nacional Bruto da Corrupção –, aqui incluídas não apenas obras superfaturadas, mas desvios de verbas, violação de urnas, empreguismo e cooptação imoral de parlamentares. Somada a roubalheira nos órgãos federais (Sudene, Sudam, etc.), temos um produto interno bruto de malandragem que explica um Estado invisível e imoral dentro do Estado legal. No entanto, quem dá o tom da política é